



A EXCLUSÃO COMO DISPOSITIVO: DIÁLOGOS SOBRE A EXPULSÃO ESCOLAR DE MULHERES TRANS

EXCLUSION AS A DEVICE: DIALOGUES ON THE SCHOOL EXPULSION OF TRANS WOMEN

EXCLUSIÓN COMO DISPOSITIVO: DIÁLOGOS SOBRE LA EXPULSIÓN ESCOLAR DE MUJERES TRANS

Fábio Pinheiro Ramos de Souza¹

Denize Sepulveda²

 10.21665/2318-3888.v9n18p184-204

RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa de mestrado e objetivou desenvolver uma análise sobre as articulações que envolvem a exclusão social no processo de expulsão escolar de mulheres trans e travestis. Através de uma revisão bibliográfica sobre a temática foi possível realizar uma construção de entendimento entre os conceitos de “evasão” e “expulsão” e compreender como a exclusão social funciona como um dispositivo chave da resultante em questão. A expulsão escolar apresentou-se como um problema que muitas vezes pode ser entendido como fator generalista de “desistência” do percurso escolar. É importante destacar, também, que a formação desse processo de exclusão pode ser compreendida como múltiplas e complementares. No entanto, observado as suas características específicas como o recorte de gênero, a exclusão social se mostra como mecanismo central para compreendermos a expulsão. Desse modo, entendendo o currículos escolar como base para compreender o que acontece nas jornadas escolares trans, foi possível destrinchar as nuances que corroboram para que esse problema social perdure nas escolas brasileiras.

Palavras-chave: Expulsão Escolar. Exclusão social. Transgeneridade.

¹ Professor da rede privada de Niterói. Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e membro do grupo de pesquisa Gêneros, Sexualidades e Diversidades nos Vários Espaços Tempos Cotidianos (GESDI). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0209-0738>. E-mail: pinheirof54@gmail.com.

² Professora Adjunta IV da Faculdade de Formação de Professores na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Educação. Pós-Doutora em Educação no PPG em Educação da UFF. Pós-Doutora em Educação no PROPED/UERJ. Doutora em Educação no PROPED/UERJ. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Diálogos Escolas-Universidade: Processos Formativos, Currículos e Cotidianos da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos de Gênero, Sexualidades e Diversidades nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos (GESDI) da FFP/UERJ. Vice-Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Os Impactos do Conservadorismo e Educação Brasileira (GEPCEB) da UFF. Bacharel e Licenciada em História. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9049-5200>. E-mail: denizesepulveda@hotmail.com.

ABSTRACT

This article results from a master's research and it's aimed to develop an analysis of the articulations that involve social exclusion in the school of trans women and travestites process expulsion. Through a literature review on the subject, it was possible to build an understanding between the concepts of “evasion” and “expulsion” and understand how social exclusion works as a key device of the result in question. Expulsion from school presented itself as a problem that can often be understood as a general factor of “dropping out” from the school path. It is also important to highlight that the formation of this exclusion process can be understood as multiple and complementary. However, considering its specific characteristics of the gender cut, it presents an important point of the analysis. In this way, understanding the school curriculum as a basis for understanding what happens in trans school days, it was possible to unravel the nuances that support this social problem that persists in Brazilian schools.

Keywords: Expulsion From School. Social Exclusion. Transgender.

RESUMEN

Este artículo, resultado de una investigación de máster, tiene como objetivo la elaboración del análisis de los mecanismos que envuelven la exclusión social en el proceso de expulsión escolar de mujeres transexuales y travestis. A partir de la recopilación de material bibliográfico sobre este tema, fue posible elaborar una aproximación entre los conceptos de “evasión” y “expulsión”, con la finalidad de conseguir entender el papel de la exclusión social como dispositivo clave de la problemática abordada. La expulsión escolar, fue planteada desde la perspectiva de un problema que con frecuencia suele entenderse como factor generalizado de “abandono” escolar. También es importante destacar que la formación de este proceso de exclusión puede considerarse como un fenómeno múltiple y complementario. Sin embargo, observando sus particularidades, como es el caso del género, la exclusión social se muestra como dispositivo central para entender la expulsión. De este modo, considerando el currículo escolar como base para entender la rutina en las jornadas escolares de las trans, fue posible revelar los matices que corroboran la persistencia de este problema social en las escuelas brasileñas.

Palabras clave: Expulsión Escolar. Exclusión Social. Transgeneridad.

Introdução

Para que seja possível uma maior compreensão sobre o fenômeno da expulsão escolar das pessoas trans, é necessário que seja entendido os cenários que se projetam nas sociedades. As marcas de discriminação e transfobia são um complexo sistema social que incidem sobre essas pessoas. Dados da ANTRA³ (2017) e do Projeto Além do Arco-íris/Afro Reggae⁴ estimam que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental. Todo esse processo advindo de múltiplas ações de violência é resultado desse complexo sistema social.

Dessa forma, a exclusão social é um fator importante a ser analisado pois pode ser entendido como um dispositivo que atravessa a questão abordada. É a partir dessa ideia que foi possível observar como os conceitos de evasão e expulsão precisam ser abordados e trabalhados. Assim, esse artigo objetivou desenvolver uma análise dos conceitos que permeiam a expulsão escolar de mulheres trans já que, para entender o fenômeno, é preciso analisar todas as questões que o constitui.

A expulsão escolar de mulheres trans, dessa forma, está vinculado a relações que intrinsecamente estão relacionados com a transgeneridade e o que é ser uma mulher trans na sociedade brasileira. Por isso se faz necessário entender o que é “ser trans” e, para além dos conceitos, o entendimento de que uma identidade não é estática. Jesus (2012) afirma que a transgeneridade não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é uma doença debilitante ou contagiosa. Não tem nada a ver com orientação sexual, como geralmente se pensa, não é uma escolha, nem é um capricho (JESUS, 2012, p.15). A transgeneridade pode ser entendida, dessa forma, como uma expressão identitária por toda pessoa que não se identifique como cisgênero⁵. A amplitude de ser trans pode ser

³ <https://antrabrasil.org/>

⁴ <http://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2014/06/InfoReggae-01-Al%C3%A9m-Arco-%C3%8Dris.pdf>

⁵ Cisgênero é o termo abreviado para a classificação de cisgeneridade. O termo é utilizado para designar os seres humanos que nascem em conformidade genital com o gênero socialmente esperado. O pênis e a vagina estariam em consonância com o gênero masculino e gênero feminino, respectivamente

entendida como um atravessamento da transgressão⁶ – e a etimologia da palavra pode ser mais um reforço para compreendermos a questão.

Dessa maneira, estruturando o conceito de exclusão social, foi possível observar como os elementos sociais impactam diretamente na formação do “estranho” e do “diferente” que – exclui-se do pleno direito – mas se faz presente e necessário para a manutenção do sistema, como afirma Sawaia (2001). É através desse entendimento que a expulsão escolar e evasão escolar são conceitos importantes de serem distinguidos já que o segundo culpabiliza a vítima de uma decisão muitas vezes sem escolha. A pesquisa de caráter qualitativo foi desenvolvida através da análise dos/as autores/as que se desdobraram sobre o tema trazendo diversas perceptivas e contribuições. Dessa forma, a pesquisa baseia-se no estudo de bibliografia já publicada sobre a temática, assim é fundamental que o pesquisador se aproprie no domínio da leitura do conhecimento e sistematize todo o material que está sendo analisado. (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p.44). Para que fosse possível destrinchar os dados essa pesquisa bibliográfica teve como objetivo explorar os debates prévios sobre o tema até o presente momento da escrita desse artigo.

Compreendendo os processos de exclusão

A exclusão enquanto fenômeno pode ser observada e entendida por diversos caminhos. Dessa forma, pode ser entendida como um fenômeno que está direcionado para aqueles que não contemplam o perfil esperado, possuindo diferenças intencionais ou não. A exclusão pode ter o seu alvo em recortes como gênero, sexualidade, deficiência, pobreza, etc. Está sempre estipulada na lógica de uma superioridade para uma inferioridade social. É importante destacar que essa “marca” é estipulada por cada sociedade vivida e pode sofrer diferenças em sociedades distintas.

⁶ Essa palavra vem do Latim TRANSGREDI, “ir além, ultrapassar limites, violar”, de TRANS, “através, além”, mais GRADI, “pisar”

A exclusão apresenta-se de uma forma complexa. É possível percebê-la em diversas configurações, variadas condições e nas mais distintas formas: econômica, política, social, cultural, institucional, etc. E é justamente por isso que é preciso tomar cuidado ao analisar essa questão.

Atualmente, o termo exclusão é usado de maneira indiscriminada para falar de várias situações diferentes, escondendo as especificidades de cada uma delas. Segundo Castel (2007), a primeira razão para se desconfiar da exclusão é justamente a heterogeneidade de seus usos. Essa noção admite os mais distintos usos, desde a sua compreensão como consequência da deficiência ou desajustamento individual, até a de injustiça social e exploração.

A palavra exclusão denota negatividade, que implica falta. Porém, esse termo por si mesmo não explica no que consiste essa falta, nem de onde ela provém. Os estudos da exclusão têm se focado muito no discurso da ausência/falta e não se têm dedicado a analisar como essa falta se produz. Essa ponderação se torna importante, pois “os traços constitutivos essenciais das situações de exclusão não se encontram nas situações em si mesmas” (CASTEL, 2007, p. 21).

Para se falar em exclusão, antes de tudo, é necessário situar os processos por meio dos quais ela está sendo desenvolvida. A exclusão ocorre entre aqueles que estão fora das redes vivas das trocas sociais e está relacionada a situações que exprimem uma deterioração arrolada a um problema anterior. As redes sociais possuem diferentes zonas, ocupadas por diferentes sujeitos. “Os excluídos povoam a zona mais periférica, caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social. Mas, o ponto essencial a destacar é que hoje é impossível traçar fronteiras entre essas zonas” (CASTEL, 2007, p. 23). Ou seja, os limites entre algumas formas de inclusão e a exclusão são tênues e, muitas vezes, difíceis de estabelecer.

A exclusão se constitui como resultado do entrelaçamento de variados fios que tecem o tecido social. A importância sociológica de estudá-la estaria na necessidade de compreensão dos fatores que a precedem. A sociedade exclui para incluir de modo

perverso e esse movimento marca a ordem social desigual. Essa inclusão social perversa é uma forma de disciplinarização dos excluídos; é uma maneira de controle social e manutenção da ordem na desigualdade social.

Portanto, em lugar da exclusão, o que se tem é a “dialética exclusão/inclusão”. Esta concepção introduz a ética e a subjetividade na análise sociológica da desigualdade, ampliando as interpretações legalistas e minimalistas de inclusão como as baseadas em justiça social e restritas à crise do Estado e do sistema de empregabilidade. Dessa forma, exclusão passa a ser entendida como descompromisso político com o sofrimento do outro (SAWAIA, 2001, p. 8).

A exclusão produz sentimentos específicos que vão desde o sentir-se discriminado e inferiorizado até a revolta. Esses sentimentos não podem ser elucidados somente por meio de uma análise econômica. Eles são produzidos “por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência” (SAWAIA, 2001, p. 9).

Ao analisarmos a exclusão pelo olhar social veremos que os processos de exclusão criados pelas sociedades – e seus sistemas - são responsáveis pela criação de realidades perversas. Sawaia (2001) entende o processo de exclusão de uma forma curiosa, para ela, o excluído não está à margem da sociedade, mas repõe e sustenta a ordem social. Dessa maneira, o excluído é um integrante do sistema, ele é necessário para a manutenção da ordem social. Ou seja, a produção de excluídos ocorre de forma proposital. A sua análise não nega a ordem social, mas a entende como uma ordem que pode ser melhorada, a transformação em uma ordem não cristalizada. Um processo de criação de laços entre pessoas diferentes que podem compartilhar entre si o viver.

Segundo Wanderley (2001) as exclusões – em uma análise social – estão presentes também em discursos. A autora explica que a exclusão não é um fenômeno que atinge um sujeito em específico, ao contrário, ele atinge vários sujeitos em amplas camadas. É nesse sentido que podemos compreender que esse tema presente na mídia, no discurso político e no plano e programas governamentais, tornou-se familiar no cotidiano das muitas diferentes sociedades. Não é “apenas fenômeno que atinge países pobres. Ao contrário, ela sinaliza o destino excludente [...]” (WANDERLEY, 2001, p.16). Podemos pensar nesse

sentido que a exclusão se faz presente cotidianamente nas relações sociais e é de sabedoria de ampla parcela da sociedade e das instituições.

A exclusão é um processo sócio-histórico, e está presente na história da humanidade desde o princípio dos tempos. Na antiguidade, os estrangeiros, mulheres, crianças e escravos passavam por efetivos processos de exclusão. Na Idade Média, os servos, mulheres e crianças também sofriam os augúrios desses procedimentos. Na Idade Moderna, os camponeses, indígenas, negros, trabalhadores, mulheres, judeus padeceram o infortúnio da exclusão. Na contemporaneidade, todos que são considerados estranhos, ou diferentes, são passíveis de vivenciar situações de exclusões.

É possível perceber que mendigos, pedintes, vagabundos, como afirma Wanderley (2001), estão em uma estrutura de estigmatização que resulta em exclusões. O debate sobre esses processos, no entanto, necessita de análises contextualizadas. Como dito anteriormente, os processos de estigmatização e de exclusão são relativos a sua sociedade e a formação dos padrões sociais. No entanto, as formas como essas exclusões ocorrem nas sociedades parecemse repetir em padrões sistemáticos. Podemos entender que a exclusão tende a ser reproduzida através de mecanismos que o reforçam e o expandem. “Esses mecanismos podem ser observados nos diferentes níveis da sociedade.” (WANDERLEY, 2001, p. 23). É a partir desse pensamento que podemos compreender os diversos tipos de exclusão existentes.

A mudança das sociedades ao longo do tempo modificou alguns excluídos e mantiveram outros. Para compreendermos os processos de exclusão enquanto conceito, precisamos analisar a exclusão como uma manifestação social. Entendendo o fenômeno de uma forma estruturante, o conceito foi amplamente debatido por Robert Castel. Em suma, Wanderley (2001) e Castel (1997) convergem em definir a exclusão social como um problema estrutural.

As situações marginais aparecem ao fim de um duplo processo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional. Todo indivíduo pode ser situado com a ajuda deste duplo eixo, de uma integração pelo trabalho e de uma inserção relacional. Esquemmatizando

bastante, distinguimos três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Acoplando estas gradações duas a duas obtemos três zonas, ou seja, a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de zona de desfiliação para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional (CASTEL, 1997, p.23).

A exclusão social, dessa forma, não está alimentada somente por um fator ou um processo único de estigma. O que Castel (1997) delimitará em quatro zonas – sendo três analisadas nesse artigo – as estruturas que marginalizam os sujeitos. Temos então a Zona de integração, Zona de Vulnerabilidade e Zona de desfiliação. É a partir dessa delimitação que poderemos compreender como a exclusão social se instala e se perpetua na sociedade. A proposta do autor não é minimizar as disparidades sociais ou identitárias, mas mostrar como esses quesitos são transformados em critérios para o subjugamento de algumas parcelas populacionais. É importante destacar que os limites das “Zonas” não são fixos e podem se acomodar de acordo com a também mudado indivíduo que passa por ela

A Zona de integração, segundo Castel (1997), é formada pelo grupo de pobres – na ordem social – que de certa forma, por estarem alinhados em grupos de solidariedade e por possuírem uma certa estabilidade, não sofrem tanto com o processo de exclusão de parte significativa da sociedade. Por não serem um problema, possuem um nível de tolerância maior, no entanto, a sua posição social o coloca em uma situação de exclusão. A sua conformidade com o sistema alimenta a tolerância da classe que depende dela para sobreviver. A Zona de Vulnerabilidade, segundo Castel (1997), remete às pessoas para além da marca da pobreza. Estão longe dos postos de trabalho em que seriam úteis ao sistema vigente, e por isso, passam por instabilidades que diminuem a sua aceitação social. A Zona de desfiliação estaria ligada diretamente com o último nível de desprezado social; o vagabundo. Sem serventia social, isolado e distante das “redes de caridade” do meio social, a sua existência passa a ser um peso para a sociedade.

A não contribuição do “vagabundo” ao sistema é tido como um problema que será combatido com a imposição do trabalho. A marginalidade é aqui ao mesmo tempo a antítese da modernidade e a forma moderna da não sociabilidade: ela caracteriza os abandonados pelo progresso, todos aqueles que não puderam ou não quiseram se dobrar às exigências do desenvolvimento (Castel, 1997, p. 10). As explicações do autor permeiam a exclusão social pelo campo econômico, mas é possível compreender como o viver em cada zona pode formar excluídos sociais. A produção desses sujeitos pela sua colocação social – e estilo de vida – é posta pelo autor como o grande problema em questão. A sua total capacidade de produção e a não realização da tarefa é tida como uma ameaça à ordem socioeconômica das coisas.

Podemos compreender a exclusão social também como um processo psicossocial. E através de Jodelet (2001) compreenderemos como as questões ligadas aos processos de exclusão podem ser auxiliados pela Psicologia Social. A autora é enfática em destacar que uma análise pela psicologia não altera as noções de construção sócio-histórica, cultural ou de ordem econômica. A proposta é exatamente entender como a produção da exclusão tem influência no ser humano enquanto produtor e produto de suas relações e pensamentos. Assim, há uma simetria entre as duas visões – social e psicológica – no entender dos processos que constroem os sujeitos excluídos.

A autora conceitua a exclusão como um sentimento de incompatibilidade, diferença, entre os anseios coletivos e próprios às comunidades em contato, e o temor de uma “privação fraterna” afetando as posições e privilégios dos grupos aos quais pertencem. A “privação fraterna” acontece quando o indivíduo se sente ameaçado, ou possivelmente ameaçado, por outros grupos ou categoria que se mostra eventualmente ameaçadora. Não significa que esses sujeitos subjugados são tidos como melhores, ao contrário, podem ser entendidos como sujeitos desprezados. O processo de “privação fraterna” é constituído, dessa forma, pelo medo da conquista de novos olhares e possibilidade de avanços que coloque em xeque a sua supremacia. Assim, segundo Jodelet (2001), são dois mediadores importantes da exclusão social, os preconceitos e os estereótipos. Esses dois mediadores estariam no centro do entendimento de como são formados os elementos que “legitimariam” as exclusões.

O preconceito é um julgamento positivo ou negativo, formulado sem exame prévio a propósito de uma pessoa ou de uma coisa e que, assim, compreende vieses e esferas específicas. Dispositivos na classe das atitudes, o preconceito comporta uma dimensão cognitiva, especificada em seus conteúdos (asserções relativas ao alvo) e sua forma (esteriotipia), uma dimensão afetiva ligada às emoções e valores engajados na interação com o alvo (JODELET, 2001, p.59).

Dessa forma, a construção do preconceito é um dispositivo que se utiliza da diferença para criar marcas e estereótipos. A construção da imagem desse sujeito é uma estratégia para que se cristalice a sua posição. É nesse entendimento que podemos perceber o que estão por trás das atitudes preconceituosas. Elas marcam o sujeito pelo que ele é, transformam suas identidades em algo negativo, colocando-o em um processo de não aceitação pelos demais. A exclusão social é, desse modo, uma estrutura de acontecimentos que subjuga sujeitos e cria realidades de exclusão para aqueles que ameaçam o seu sistema normativo.

Precisamos compreender que a exclusão é acima de tudo um fenômeno cultural e social. Foucault (1996) alega que a exclusão se constituiu em um processo histórico que vai tomando *nuances* diferentes de acordo com a cultura do local, cria um discurso de verdade, inventa o interdito e o rejeita. Através da criação desse discurso de verdade estabelece-se um limite, e joga-se para trás dessa linha divisória todos os grupos sociais que não estão dentro do espaço traçado. Esses podem ser os loucos, as pessoas trans, os homossexuais, as lésbicas, os criminosos, os infratores, ou seja, todas aquelas e aqueles que não estão dentro dos limites da ordem e da normalidade definidos pelos grupos sociais no poder.

Foucault (1996) se dedica bastante, entre outras questões, ao tema da exclusão. Na realidade, ele problematiza os discursos produzidos na sociedade e como esses sofrem procedimentos de controle, coerção, interdição, etc. Para ele, o discurso é uma forma de poder, de controle, de coerção e de exclusão social, na medida em que o discurso de algumas pessoas é autorizado, e outros, controlados, interditados e excluídos. Uma das maneiras de manter esse controle é através de instituições que selecionam os discursos

permitidos e os que devem ser excluídos. Ele cita os livros, as bibliotecas e a pedagogia como alguns dos sustentáculos que visam a dominar e conduzir os discursos.

Dentro desse contexto, o autor aponta o sistema educacional como uma dessas instituições que selecionam e excluem discursos, e conseqüentemente as sujeitas e os sujeitos que os produzem. Assim, a educação, ao mesmo tempo em que é uma ferramenta que possibilita o acesso aos discursos, também limita as pessoas, ordenando o que é e o que não é permitido, controlando-as e disciplinando-as.

[...] Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. [...]. O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? [...] (FOUCAULT, 1996, p. 44-45).

A escola, dentro dessa lógica, passa a ser um instrumento de exclusão de alguns indivíduos, auxiliando, assim, na produção da exclusão social a partir de certas práticas que são tecidas por professoras, professores, funcionárias, funcionários, alunas e alunos.

As práticas escolares e a produção da exclusão

Muitas instituições escolares tem influência direta nos comportamentos e regras sociais de alunas e alunos. Elas cuidam dos comportamentos desde a primeira infância, atuando junto da família e outras instituições sociais/religiosas, até a fase adulta. Podemos observar essas ações dentro do espaço escolar, desde o horário do intervalo, nas danças e atividades em projetos culturais, e até mesmo nas disciplinas que trabalham o corpo e as suas representações como nas aulas de Ciências/Biologia, Educação Artística e

Educação Física. O sexismo presente na maioria dos currículos escolares podem representar o aprofundamento dessas práticas e condutas, já que reforçam as fronteiras de gênero e podem contribuir para reforços dos estereótipos. O sexismo define-se, desde então, como a ideologia organizadora das relações entre os sexos, no âmago da qual o masculino caracteriza-se por suavinculação ao universo exterior e político, enquanto o feminino reenvia à intimidade e a tudo que se refere à vida doméstica. (BORRILLO, 2010, p.30).

[...] a ordem (chamada “natural”) dos sexos determina uma ordem social em que o feminino deve ser complementar do masculino pelo viés da subordinação psicológica e cultural. O sexismo define-se, desde então, como a ideologia organizadora das relações entre os sexos, no âmago, da qual o masculino caracteriza-se por sua vinculação exterior e político, enquanto o feminino reenvia à intimidade e a tudo o que se refere à vida doméstica. A dominação masculina identifica-se com essa forma específica de violência simbólica que se exerce, de maneira sutil e invisível, precisamente porque ela é apresentada pelo dominador e aceita pelo dominado como natural, inevitável e necessária. O sexismo caracteriza-se por uma constante objetivação da mulher (BORRILLO, 2010, p. 30).

Junqueira (2012) compreende que as práticas escolares são de fundamental importância para compreendermos as realidades. O autor enfatiza que a escola quanto produtora social tem em seu currículo escolar uma potencialidade de formação social, e entende que há uma padronização da maioria dos currículos a um heterossexismo e vigilância de gênero, assim como Borrillo (2010). As práticas empregadas por muitas professoras e professores acabam por cercear gêneros e sexualidades dentro da escola. Partindo do entendimento de que a educação é construída de temas transversais e que a moral e os costumes perpassam por ela, entender as dinâmicas que estão atreladas a esses processos são complexas.

O cotidiano escolar interage e interfere em cada aspecto do conjunto de saberes e práticas que constituem o currículo formal e o currículo oculto. O currículo (seja ele qual for) constitui-se um artefato político e uma produção cultural e discursiva. Isto é, o currículo se relaciona à produção sócio-histórica de poder por meio da produção de regras e padrões de verdade, bem como da seleção, organização, hierarquização e avaliação do que é definido como conhecimento ou conteúdo escolar. É um campo de permanentes disputas e negociações em torno de disposições, princípios de visão e de divisão do mundo e das coisas – especialmente

das que concernem ao mundo da educação escolar e às figuras que o povoam e, ali, (re)definem sentidos e (re)constroem significados. É um espaço de produção, contestação e disputas que abriga relações de poder, formas de controle, possibilidades de conformismo e resistência (JUNQUEIRA, 2012, p. 65).

Dentro do campo da exclusão social, as travestis e mulheres trans são a travessada por todos esses processos de não inclusão por conta estigmas que as definem socialmente, esses processos de discriminação começam em muitas instituições escolares. Uma constatação importante de ser entendida é de que não há isonomia social entre os gêneros e que os processos de exclusão, dessa forma, apresentam-se em consequências também desiguais. Podemos perceber esse fato na afirmação de que

uma pessoa trans apresenta, pelo menos, nove vezes mais chances de ser assassinada do que uma pessoa cisgênera. Porém, essas mortes acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres transexuais, principalmente contra negras, assim como são as negras as que têm a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas. Travestis e transexuais negras são maioria na prostituição de rua. Proporcionalmente, são essas as que têm os maiores índices de violência e assassinatos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 49).

O gênero trans pode ser visto como uma ameaça à ordem “natural” da sociedade que foi socialmente construída. Para entendermos as nuances específicas sobre as suas exclusões vividas de forma mais focalizada, precisaremos entender como a identidade atua no processo de exclusão social. Esses processos de exclusão, quando alinhados a uma política não inclusiva na escola, um dos objetos de interesse desse artigo, podem resultar em problemáticos desfechos.

Dessa forma, a evasão escolar pode ser uma consequência dessas relações criadas por exclusões. Ela pode ser entendida como a desistência do aluno de prosseguir a sua jornada educacional. Os motivos são diversos, e inclusive, são um dos grandes problemas a serem resolvidos pela educação básica brasileira, principalmente nos anos finais da educação básica. A desistência da escola, que pode ser entendida muitas vezes como “desleixo” ou “preguiça”, tem por trás, em muitos casos, questões ligadas diretamente com a exclusão social. Os números atuais, segundo o IBGE (2019), é de que o abandono

escolar entre os 50 milhões de pessoas cadastradas, 10 milhões evadiram, o número corresponde a 20% do total. A gravidade do problema é ainda pior quando resolvemos fazer um recorte social-racial. O IBGE (2019) também entende que a evasão escolar, em proporção, ocorre mais com pessoas pretas e pardas. As disparidades sociais marcam a desigualdade de acesso à educação como direito ao acesso e permanência.

É perceptível que sujeitos com maiores vulnerabilidades sociais estão mais suscetíveis ao abandono escolar. Inclusive, partindo dessa premissa, podemos relativizar o conceito de abandono escolar. Se há uma pressão social que impede (quando não inviabiliza) a sua permanência na escola, podemos entendê-lo como um abandono? O próprio conceito de evasão escolar pode ser reorganizado se compreendermos as nuances que estão por trás do discurso que contempla a escola como “desinteressante”.

Bento (2011) parte para uma importante discussão sobre a evasão escolar e o conceito de expulsão escolar. Ambos estariam tratando do mesmo fato, mas teriam contextos bem diferentes. As relações de desigualdade em acesso e permanência da escola de pessoas trans e travestis podem ser entendidas como mais um empecilho na formação de uma jornada escolar. Quando se soma as estruturas dos currículos cis heteronormativos tradicionais⁷ e a intenção de produção de um sujeito modelo, percebemos que os espaços se fecham para essas pessoas. Podemos compreender que o conceito de evasão escolar é utilizado de forma genérica e que acaba maquiando o problema central em questão. Evadir é sair, deixar, abandonar. A “evasão” escolar de jovens trans ou travestis é na verdade uma resposta ao processo de exclusão que se passa em uma realidade social que as discriminam. Podemos materializar esse entendimento no currículo escolar cis hétero normativo que as empurram para a marginalização dupla: dentro da escola e fora dela. Muitas escolas, que se apresentam como incapazes de lidar com a diferença e a pluralidade, funcionam como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas

⁷ Forma tradicional são condutas e práticas que se estabelecem através dos laços de afetividade e relações interpessoais ao longo do tempo. Essas práticas se tornam muitas vezes dogmáticas pela constante repetição social.

a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão”. (BENTO, 2008, p. 555).

É a partir dessa concepção “maquiadora” que Bento (2011) expõe o acontecimento cotidiano dos currículos escolares. Ela trabalhou com o conceito em que intitula de “Heteroterroristas”⁸ as práticas curriculares. A formação de muitas escolas que não incluem e que não pensam as diferenças de gênero e sexualidade pode levar a um projeto de expulsão dos alunos e alunas que não se encaixem nos padrões estipulados. Esse projeto de expulsão das alunas trans e travestis, através dos currículos, não pode ser encarado somente por seu caráter cis-hétero normativo. A invisibilidade também cria espaço para a produção e reprodução de processos que geram exclusões. Podemos compreender assim que em muitos currículos há

(...) um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia (BENTO, 2008, p. 555).

Essa diferenciação proposta pela autora é de extrema importância para compreendermos de fato o que ocorre com pessoas trans e travestis dentro da escola. É a partir desse questionamento que podemos compreender os atravessamentos da exclusão como um dispositivo. Há uma intencionalidade nas ações ou até mesmo na omissão, pode-se compreender que um dispositivo ocorre

na articulação mesma entre os elementos que o autor nos apresenta – em sua afirmação e nos demais conceitos trabalhados em sua obra – que podemos, então, nos apropriar ainda mais do termo “dispositivo”. Já que Foucault se refere tão explicitamente a elementos tais como discursos, organizações arquitetônicas, leis, medidas administrativas, enunciados

⁸ Conceito desenvolvido por Berenice Bento. Bento (2011) entende que o currículo está para além de uma “heteronormatividade” (coloca a heterossexualidade como norma social), ele aterroriza as outras possibilidades de sexualidade e gêneros excluindo as diferenças e outras possibilidades.

científicos, podemos entender que as práticas discursivas e não-discursivas contribuem para a construção do dispositivo e, tendo estas presentes, é possível afirmar ainda que o conceito em questão reúne as instâncias do “poder e [do] saber numa grade específica de análise” (MARCELLO, 2004, p. 200).

Dessa maneira, a formação da exclusão como um dispositivo de expulsão escolar soma-se a outros elementos que também podem comprometer a uma inclusão completa. Segundo Sawaia (2001), a identidade é um valor fundamental da modernidade. Os sujeitos que articulam as suas identidades partem de um caminho pessoal para um social, ao mesmo tempo que os grupos sociais se integram em redes de conhecimento e laços de solidariedade. Podemos compreender, assim, que as identidades podem possuir duas concepções antagônicas: a identidade transformação/ multiplicidade e a identidade permanência/unicidade. A primeira estaria ligada a um modelo de normalidade e o outro de patologia. A construção dessa ideia de identidades como marcas de um indivíduo nos ajuda a entender os vários discursos que são construídos sobre as mulheres trans e travestis, como propõe Silva (2009). O uso dos discursos médicos, religiosos ou sociais estão embasados em concepções diferentes – e não somente – da definição da sua existência. Pode-se compreender, também, que a exclusão enquanto dispositivo de diferenciação se estende em amplos espaços e se camufla como instrumento de segregação.

A proposta de entendermos a priori essa formação estrutural da exclusão é para que a análise posterior da inclusão não seja rasa e descontextualizada. A necessidade de uma inclusão não está ligada somente ao um único processo de exclusão, como em um antagonismo, mas em múltiplos processos que atravessam o gênero, a sexualidade, a classe social, a deficiência, a etnia, a cultura, etc.

A discussão da necessidade de inclusão ganha força a partir da década de 1990, em uma alusão forte aos processos de integrar alunos deficientes ao currículo escolar normativo. As discussões passaram a esse sentido principalmente a partir de 1994, quando foi

feita a Declaração de Salamanca⁹ que reforçou esse imaginário, como afirma a professora Mônica Pereira dos Santos (2009). No entanto, inclusão é um conceito que ultrapassa qualquer tentativa de restrição, a ideia de incluir não pode ser restritivo somente a um grupo de pessoas (SEPULVEDA, 2012, 2016), ao contrário, para ser uma verdadeira inclusão precisa ser feito um processo que englobe todas as pessoas que passam por exclusões sociais. Como vimos anteriormente, a exclusão é transversal e por isso é necessária uma gama de instrumentos para que seja possível atender todas as múltiplas necessidades.

Em outras palavras, o processo de inclusão se refere a qualquer luta, nos diferentes campos sociais, contra a exclusão de pessoas: tanto as que se percebem com facilidade, como aquelas mais sutis. Refere-se ainda, num nível mais preventivo, a todo e qualquer esforço para se evitar que grupos e sujeitos em risco de serem excluídos de dados contextos, por qualquer motivo que seja, acabem sendo excluídos de fato (SANTOS, 2009, p. 12).

É nesse sentido que as concepções de inclusão são extremamente importantes para que possamos compreender as estratégias que podem ser utilizadas para a criação de uma cultura de inclusão. Mulheres trans e travestis ao passarem pela exclusão social estão submetidas a diversos fatores que, para além do currículo praticados em muitas escolas, reforçam a sua expulsão da escola. A criação de uma cultura de inclusão é uma proposta que estaria ligada a uma reorganização das práticas e valores dentro do currículo escolar. Uma escola acolhedora é uma escola que mantém de maneira democrática todas as formas de existir, amar, se expressar, pensar e de se desenvolver. As práticas e pensamentos culturais são trabalhados Silva (2010) que entende, através dos currículos, como a cultura e os costumes são importantes para a formação democrática e inclusiva.

A cultura é um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla. A cultura é, nessa concepção, um campo contestado de significação. O que está

⁹ A Declaração de Salamanca foi desenvolvida em um importante encontro na cidade de Salamanca – Espanha, que abriu as portas para uma maior discussão sobre inclusão social, sobretudo na escola. As políticas e práticas educacionais que envolvem inclusão social foram construídas na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais.

centralmente envolvido nesse jogo é a definição da identidade cultural e social dos diferentes grupos. A cultura é um campo onde se define não apenas a forma que o mundo deve ter, mas também a forma como as pessoas e os grupos devem ser (SILVA, 2010, P. 133-134).

Dessa forma, os currículos trabalham com a pluralidade de ideias e concepções diversas de mundo. Portanto, a estratégia de um currículo democrático pode significar um avanço na proposta de integrar e incluir. A proposta de inclusão e as suas políticas atravessam os currículos de forma transversal a partir do momento em que a inclusão necessita estar presente nas políticas escolares. Santos (2009) sugere que os cotidianos educacionais sejam “orquestrados” com base em princípios (valores) e políticas (intenções que orientam as ações) em práticas. É com base nas práticas “orquestradas” que a autora indica como a estrutura escolar pode ser determinante para que a inclusão possa acontecer de fato. E define, como ponto central, o currículo em ação

Essa segunda dimensão é menos sutil do que a primeira no que tange à sua identificação, mas igualmente sutil quando se trata de pô-la em prática. Trata-se da dimensão em que as intenções são explicitadas (baseadas – mas nem sempre admitidas (e aí está sua probabilidade de sutileza) na primeira dimensão – a dos valores). Verificamo-las materializadas nas Missões institucionais, nos Projetos Políticos Pedagógicos, nas regras disciplinares, código de condutas, Declarações, Moções, Pautas, Planejamentos de aula e assim sucessivamente (SANTOS, 2009, p.16-17).

O currículo escolar pode ser compreendido para além das estruturas formais da educação. O currículo é, para Silva (2010, p. 147) [...] definitivamente um espaço de poder. O conhecimento corporificado no currículo carrega as marcas indelévels das relações sociais de poder. O currículo é capitalista. O currículo produz - culturalmente - as estruturas sociais. É dentro dessa lógica que a escola - e o currículo - possuem potencialidades de transformar ou cristalizar condutas e pensamentos. As estruturas pensadas para a escola, dessa forma, se materializam nas vivências e no cotidiano escolar. O currículo escolar pode ser compreendido para além das estruturas formais da educação. O currículo é, para Silva (2010, p. 147) [...] definitivamente um espaço de poder. O conhecimento corporificado no currículo carrega as marcas indelévels das relações sociais de poder. O currículo é capitalista. O currículo produz - culturalmente - as

estruturas sociais. É dentro dessa lógica que a escola - e o currículo - possuem potencialidades de transformar ou cristalizar condutas e pensamentos. As estruturas pensadas para a escola, dessa forma, se materializam nas vivências e no cotidiano escolar.

Considerações finais

A partir dos detalhes do cotidiano, orientados pelos currículos, as diferenças podem trazer para dentro da escola uma visão integradora e inclusiva para as alunas travestis e trans. O planejamento de políticas inclusivas deve abarcar todo o corpo escolar, das funcionárias e funcionários as alunas e alunos. Para isso é necessário que sejam tecidas práticas pedagógicas que realmente sejam inclusivas.

A proposta de currículos inclusivos faz-se necessário para que possa ser construída uma educação realmente democrática que saiba lidar com todas as diferenças, sejam elas de classes, de raça, de gêneros, de sexualidades ou religiosas. A constatação de Bento (2011) de que há em curso currículos heteroterroristas abre diálogo para compreendermos partes importantes do problema abordado, ou seja, a exclusão social, se desenvolve como um instrumento de segregação e diferenciação para a não inclusão.

Desse modo, ao analisamos pela ótica das Zonas propostas por Castel (1997) podemos compreender como as relações sociais são atravessadas por constantes processos – e nem sempre aparentes – de relações desiguais que impactam na realidade social de grupos marginalizados.

Referências

- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA Sayonara Naider Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021, 136p.
- BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo; Brasiliense, 2008.
- BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**. vol.19, n.2, 2011.
- BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte:Autêntica Editora, 2010.
- CASTEL, R. **A dinâmica dos processos de marginalização: Da vulnerabilidade à "desfiliação"**. Caderno CRH, v. 10, n. 26, 1997.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: ____; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Desigualdade social e a questão social**. São Paulo: Educ, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua)**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 2019. IBGE.
- JESUS, J. G. Visibilidade transgênero no Brasil. **Correio Braziliense**. Caderno Opinião, p. 13, 18 de janeiro, 2012. Disponível em: <https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/1/18/visibilidade-transgenero-no-brasil>.
- JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. São Paulo:Vozes, 2001.
- JUNQUEIRA, R. D. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. **Revista Educação On-line**. PUC-Rio nº 10, p. 64-83, 2012. Disponível em http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/rev_edu_online.php?strSecao=input0
- MARCELLO, F. de A. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 199-2013. 2004.
- SANTOS, M. Inclusão em educação: diferentes interfaces. In: SANTOS, Mônica Pereira dos; FONSECA, Michele Pereira, MELO, Sandra Cordeiro de (org). – Curitiba: Editora CRV, 2009.
- SAWAIA, B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEPULVEDA, Denize. Formação de identidades e processos de subjetivações na escola. **Revista Teias**, nº 16, vol. 43, 2016.

SEPULVEDA, Denize. **Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar: A homofobia e sua influência nas tessituras identitárias**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, T. T. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. São Paulo. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/2021

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

Recebido: 15.10.2021
Aprovado: 31.12.2021